



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

**TERMO DE REFERÊNCIA N° 508**

Objeto	Aquisição de materiais de marcenaria
--------	--------------------------------------

Modalidade	Sistema de Registro de Preços com vigência de 1 ano, prorrogável na forma do art. 84 da Lei nº 14.133/2021.
------------	---

**1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

Gru	Item	Especificação	CATMAT/CA (Cód.SIASG)	Unidade de medida	Quantidade
	1	Cola de contato para laminado melamínico resinas sintéticas e solventes alifáticos, aplicação laminados, pisos e madeira, líquido viscoso - Galão 2,8 litros.	407942	GL	30
	2	Diluyente tinta, composição acetato isoamila, Xileno, Diacetona Álcool, Etanol, Aspecto físico líquido, cor incolor, aplicação tintas à base nitrocelulose, seladores e vernizes. Características adicionais: THINNER 3001; Lata com 05 Litros. Marca/Modelo: TEMPO/THINNER 3001 ou similar.	248437	GL	10
	3	Seladora para madeira, a base de nitrocelulose, incolor, acabamento acetinado - Galão 3,6 litros	358305	GL	8
	4	Verniz de nitrocelulose, acabamento brilhante, cor incolor, aplicação em madeira e secagem rápida, marca Sayerlack ou similar – Galão 3,6 litros	375592	GL	10
	5	Laminado melamínico, material fórmica, cor branca, 3,08 m x 1,25 m x 0,80 mm, acabamento texturizado.	235522	Chapa	25

6	Laminado melamínico, material fórmica, cor marfim, 3,08 m x 1,25 m x 1 mm, acabamento texturizado.	229537	Chapa	15
7	Laminado melamínico, material fórmica, cor ovo, 3,08 m x 1,25 m x 0,80 mm, acabamento texturizado.	339590	Chapa	10
8	Laminado melamínico, material fórmica, cor preta, 3,08 m x 1,25 m x 0,80 mm, acabamento texturizado.	466795	Chapa	25
9	Fechadura Tubular completa, tipo bola, aplicação porta de divisória, cromada, antiga, modelo ABS, referência 4149-A (sem garra), 90mm, com chave, chave de um lado e pino do outro, marca Lockwell ou similar.	254294	UN	30
10	Fechadura Tubular completa, tipo bola, aplicação porta de divisória, cromada, modelo ABS, referência 4149-N (com garra), 90mm, com chave, chave de um lado e pino do outro, marca Lockwell ou similar	279984	UN	10
11	Compensado madeira, material virola extra: 2,20mx1,60mx10mm	231355	UN	15
12	Compensado madeira, material virola extra: 2,20mx1,60mx15mm	231356	UN	25
13	Compensado madeira, material virola extra: 2,20mx1,60mx18mm	231353	UN	20
14	Compensado madeira, material virola extra: 2,20mx1,60mx20mm	234133	UN	25
15	Cadeado de latão maciço, haste de aço cementada e cromada, 5 pinos, dupla trava, com duas chaves em latão niquelado, 20mm.	256537	UN	15
16	Cadeado de latão maciço, haste de aço cementada e cromada, 5 pinos, dupla trava, com duas chaves em latão niquelado, 25mm.	476081	UN	15

17	Cadeado de latão maciço, haste de aço cementada e cromada, 5 pinos, dupla trava, com duas chaves em latão niquelado, 40mm.	339785	UN	15
18	Cadeado de latão maciço, haste de aço cementada e cromada, 5 pinos, dupla trava, com duas chaves em latão niquelado, 45mm.	384641	UN	15
19	Estopa, material fio de algodão, cor branca, peso 400g	277505	SC	5
20	Laminado melamínico, material fórmica, cor freijó, 3,08 m x 1,25 m x 0,80 mm, acabamento texturizado.	637995	Chapa	20
21	Placa madeira em MDF laminado preto (texturizado), revestida nas duas faces, dimensões 2750x1830mm e espessura 15mm	297965	UN	10
22	Placa madeira em MDF laminado preto (texturizado), revestida nas duas faces, dimensões 2750x1830mm e espessura 18mm	251536	UN	10
23	Placa madeira em MDF laminado preto (texturizado), revestida nas duas faces, dimensões 2750x1830mm e espessura 25mm	355449	UN	10
24	Fita borda em PVC para acabamento em placa MDF laminado preto (texturizado), largura 35mm e comprimento 20m	441873	UN	15
25	Placa madeira em MDF laminado branco (texturizado), revestida nas duas faces, dimensões 2750x1830mm e espessura 9mm	332048	UN	10
26	Placa madeira em MDF laminado branco (texturizado), revestida nas duas faces, dimensões 2750x1830mm e espessura 15mm	297965	UN	10
27	Placa madeira em MDF laminado branco (texturizado), revestida nas duas faces, dimensões 2750x1830mm e espessura 18mm	251536	UN	10
28	Placa madeira em MDF laminado branco (texturizado), revestida nas duas faces, dimensões 2750x1830mm e espessura 25mm	355449	UN	10
29	Fita borda em PVC para acabamento em placa MDF laminado branco (texturizado), largura 35mm e comprimento 20m	441873	UN	15
30	Placa madeira em MDF laminado, revestida nas duas faces, 2750x1830mm e espessura 15mm. Cor de referência LOURO FREIJÓ, fabricante BERNECK, LOURO FREIJÓ NATURALLY, fabricante SUDATI, LOURO FREIJÓ TREND, fabricante ARAUCO, FREIJÓ IMPERIAL THERA, fabricante DURATEX ou LOURO FREIJÓ PORO SUPERMATT, fabricante EUCATEX.	297965	UN	10

G1	31	Placa madeira em MDF laminado, revestida nas duas faces, 2750x1830mm e espessura 18mm. Cor de referência LOURO FREIJÓ, fabricante BERNECK, LOURO FREIJÓ NATURALLY, fabricante SUDATI, LOURO FREIJÓ TREND, fabricante ARAUCO, FREIJÓ IMPERIAL THERA, fabricante DURATEX ou LOURO FREIJÓ PORO SUPERMATT, fabricante EUCATEX.	251536	UN	10
	32	Placa madeira em MDF laminado, revestida nas duas faces, 2750x1830mm e espessura 25mm. Cor de referência LOURO FREIJÓ, fabricante BERNECK, LOURO FREIJÓ NATURALLY, fabricante SUDATI, LOURO FREIJÓ TREND, fabricante ARAUCO, FREIJÓ IMPERIAL THERA, fabricante DURATEX ou LOURO FREIJÓ PORO SUPERMATT, fabricante EUCATEX.	355449	UN	10
	33	Fita borda em MDF laminado, largura 35mm e comprimento 20m. Cor de referência LOURO FREIJÓ, fabricante BERNECK, LOURO FREIJÓ NATURALLY, fabricante SUDATI, LOURO FREIJÓ TREND, fabricante ARAUCO, FREIJÓ IMPERIAL THERA, fabricante DURATEX ou LOURO FREIJÓ PORO SUPERMATT, fabricante EUCATEX.	441873	UN	15

1.1. Aquisição do objeto nos termos da tabela acima, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Portaria nº JFRJ-PGD-2023/00005 da Direção do Foro da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, de 11 de maio de 2023.

1.3. O prazo de vigência do(s) contrato(s) será de 60 (sessenta) dias, a contar do dia útil seguinte ao recebimento da Nota de Empenho, podendo ser prorrogado, nos termos do art. 105 e art. 111 da Lei nº 14.133/2021.

1.4. Os itens referente ao grupo G1 deverão, obrigatoriamente, ser da mesma cor e fabricante, em razão da padronização.

1.5. Os itens 21 a 23, 25 a 28 e grupo G1, itens 30 a 32 poderão ter variação na sua largura em até 5%.

1.6. Os itens 24, 29 e grupo G1, item 33, deverão ter espessura compreendida entre 0,40mm a 0,45mm.

1.7. O material de cor e fabricante similar aos elencados como referência deverá ser previamente aprovado pela equipe técnica.

1.8. O material será analisado pela fiscalização durante o certame, na fase de aceitação, devendo o Licitante apresentar folder do material, que contenha a cor, fabricante e imagem do produto, a fim de auferir a padronização de cor adotada pela SJRJ.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

I) ID do item no PCA: 73

II) PCA publicado e aprovado no sítio eletrônico da JFRJ: <https://www.trf2.jus.br/jfrj/artigo/agoi/plano-de-contratacoes-anual-da-secao-judiciaria-do-rio-de-janeiro-para-exercicio-1>

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

#### ***Sustentabilidade:***

4.1. Contratação em valor inferior a R\$ 80.000,00, conforme artigo 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e artigo 6º do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015), para participação exclusiva de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte (ME e EPP).

4.2. A CONTRATADA deverá respeitar a legislação vigente e todas as normas técnicas, elaboradas pela ABNT e pelo INMETRO, para aferição e garantia de aplicação dos requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência, segurança e acessibilidade dos materiais elencados no Termo de Referência.

4.3 A CONTRATADA deverá respeitar as Resoluções do CONAMA, no tocante à regulação sobre proteção ambiental e uso sustentável dos recursos ambientais, no que couber.

### **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

#### **Condições de Entrega**

5.1. O prazo de entrega dos materiais é de até 20 (vinte) dias corridos, a contar do dia útil seguinte ao recebimento da Nota de Empenho, em parcela única.

5.2. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Rua Equador, 613, Santo Cristo, Rio de Janeiro, RJ - telefone (21) 3218-6612, das 10h às 17h.

5.3 Os produtos dos itens 1, 2, 3 e 4 devem ser entregues restando no mínimo 50% do prazo de validade estabelecido pelo fabricante, em meses, arredondando-se os períodos fracionados para menor.

#### **Garantia, manutenção e assistência técnica**

5.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), salvo se a garantia ofertada pelo fabricante for superior.

### **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim, por meio do endereço eletrônico [material@jfrj.jus.br](mailto:material@jfrj.jus.br).

6.4. A contratada se obriga a definir e manter atualizados endereço eletrônico e número de telefone para comunicação com a contratante.

6.5. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, formalmente designados nos autos do processo administrativo de contratação.

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, acompanhará o prazo de execução, e registrará a quantidade de dias de atraso no adimplemento da obrigação, quando for o caso.

6.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, elaborará o checklist de pagamento e registrará a quantidade de dias de atraso no adimplemento da obrigação, quando for o caso, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, dentro de sua esfera de competência, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no processo administrativo de contratação, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.9.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa.

6.9.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.9.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas.

6.9.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de procedimento administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pela Subsecretaria Jurídico-Administrativa, conforme o caso.

6.10. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.11. A Contratada deverá orientar seus colaboradores em relação às condutas que deverão ser observadas para assegurar a integridade nas relações público privadas ([Lei no 12.846/2013](#), Lei Anticorrupção), bem como da obrigatoriedade de manutenção da confidencialidade de todas as informações com que venham a ter contato em virtude da atividade desenvolvida ([Lei no 13.709/2018](#), Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais).

## **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

### ***Recebimento do Objeto***

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal, pela Seção de Gestão de Suprimentos, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta,



devendo ser substituídos no prazo de até 7 (sete) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 7 (sete) dias úteis, a contar do recebimento provisório, após a verificação da conformidade do objeto com as especificações técnicas.

7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

#### ***Prazo de pagamento***

7.8. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados do recebimento definitivo do objeto.

#### ***Forma de pagamento***

7.9. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.10. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.11.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, por ocasião da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.12. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

#### ***Forma de seleção e critério de julgamento da proposta***

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.



### ***Exigências de habilitação***

8.2. Por se tratar de fornecimento de materiais, não estão sendo considerados requisitos de habilitação.

### ***Qualificação Técnica***

8.3. Por se tratar de fornecimento de materiais, não estão sendo considerados requisitos quanto ao registro ou inscrição da empresa em quaisquer entidades profissionais.

## **9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

9.1. O custo estimado total da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, item no PCA ID 73, no valor de R\$ 35.000,00.

## **10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2. A contratação será atendida pela dotação indicada no item “Dotação Orçamentária” constante do Edital.

## **11. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

11.1. Condutas passíveis de sanções, conforme Portaria n. JFRJ-PGD-2022/00034 da Direção do Foro da Seção Judiciária do Rio de Janeiro:

<b>CLASSIFICAÇÃO</b>	<b>CONDUTA</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>PONTUAÇÃO</b>
----------------------	----------------	------------------	------------------

I - Leve	Inadimplemento ou falha contratual que não impacte na continuidade e/ou finalidade do ajuste	Descumprir o prazo de entrega estabelecido no Termo de Referência.  <b>Atraso de 1 (um) a 5 (cinco) dias</b>	1 (um) ponto
II - Média	Inadimplemento ou falha contratual que impacte na execução do contrato sem afetar a continuidade e/ou finalidade do ajuste	Descumprir o prazo de entrega estabelecido no Termo de Referência.  <b>Atraso de 6 (seis) a 15 (quinze) dias</b>	3 (três) pontos
III - Grave	Inadimplemento ou falha contratual que impacte na execução do contrato, afete a continuidade e/ou finalidade do ajuste	Descumprir o prazo de entrega estabelecido no Termo de Referência.  <b>Atraso de 16 (dezesesseis) a 30 (trinta) dias</b>	5 (cinco) pontos
		Entregar material em desacordo com a  especificação técnica constante do  Termo de Referência	

IV - Gravíssima	Inadimplemento ou falha contratual que impeça a execução regular do ajuste, desconfigure a finalidade ou impossibilite a continuidade do ajuste	Descumprir o prazo de entrega estabelecido no Termo de Referência.	10 (dez) pontos
		<b>Atraso acima de 30(trinta) dias 0</b>  Não efetuar a troca do material entregue em desconformidade com o Termo de Referência.	

O acúmulo de pontos pelo Particular poderá ensejar as seguintes sanções, de acordo com o estipulado no contrato.

PONTUAÇÃO	SANÇÃO APLICAVEL
De 1 a 3	Advertência + opcional: Multa compensatória: de até 5% do valor total do contrato ou do valor da parcela inadimplida ou do valor mensal do contrato.
De 4 a 5	Multa compensatória: de até 10% do valor total do contrato ou do valor da parcela inadimplida ou do valor mensal do contrato.
De 6 a 9	Multa compensatória: de até 15% do valor total do contrato ou do valor da parcela inadimplida ou do valor mensal do contrato.
De 10 a 25	Multa compensatória: de até 20% do valor total do contrato ou do valor da parcela inadimplida ou do valor mensal do contrato.
Mais de 25	Multa compensatória: de até 30% do valor total do contrato ou do valor da parcela inadimplida ou do valor mensal do contrato.

11.2. A inexistência de conduta expressamente definida e classificada no Termo de Referência não exime o Particular do cumprimento integral das obrigações assumidas.

11.3. A classificação da conduta que não conste expressamente no Termo de Referência incumbe à gestão e/ou fiscalização contratual, por ocasião do descumprimento de qualquer item constante do Edital, Termo de Referência ou Contrato.

11.4. No caso de descumprimento injustificado de qualquer prazo fixado pela Administração, poderá ser aplicada multa moratória, à proporção de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso, calculada à base de juros compostos, observadas as seguintes condições:

11.4.1. A multa de mora incidirá sobre a parcela em atraso e poderá ser acumulada com quaisquer das demais sanções previstas nesta Portaria.

11.4.2. O percentual acumulado da multa de mora ficará limitado a 30% (trinta por cento) do valor contratual.

11.4.3. Os casos de atrasos superiores a 50% (cinquenta por cento) do prazo contratado poderão importar, além da aplicação da multa moratória máxima fixada na alínea anterior, atribuição de pontuação equivalente a uma falta de leve a gravíssima, à proporção da importância da parcela concretamente inadimplida.

11.5. Poderão ser aplicadas as demais sanções previstas na Portaria Nº JFRJ-PGD-2022/00034 da Direção do Foro da Seção Judiciária do Rio de Janeiro.



Documento assinado eletronicamente por **MÔNICA DUTRA FERNANDES, Coordenadora em Exercício**, em 12/06/2026, às 11:40, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.trf2.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.trf2.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1835394** e o código CRC **E9B9FD86**.